



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 09 DE MAIO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº: 357/2025.

**Institui o PROGRAMA “CIDADE QUE EMPREENDE”, instituído nos termos das Leis Estadual nº 9.335/2011 e 10.128/2013, e define outras providências correlatas.**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Apoio ao Empreendedorismo no Município de Congo – “**Cidade que Empreende**”, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social no município.

**Parágrafo único.** A execução do Programa será de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, ficando a coordenação do programa a cargo do Secretário ou do Secretário Adjunto, necessitando designação do chefe do executivo municipal. A coordenação do programa poderá firmar convênios, estabelecer parcerias e adotar medidas necessárias para a implementação das ações previstas nesta Lei.

**Art. 2º** - O Programa Cidade que empreende tem como principal finalidade, fomentar o desenvolvimento econômico e social do município através do incentivo ao empreendedorismo local para a criação de empresas, a geração de emprego e renda e apoio aos empreendedores do Município de Congo, podendo proporcionar crédito produtivo orientado, com o intuito de fortalecer os negócios existentes e estimular o surgimento de novos negócios. O programa também se destina a apoiar e fortalecer iniciativas de economia solidária, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, trabalhadores autônomos e cooperativas de produção locais, buscando:

I – Ampliar as oportunidades de trabalho por meio da criação, expansão, modernização, transferência ou reativação de negócios formais e informais, utilizando-se da concessão de recursos financeiros, acesso a novas tecnologias de produção, assistência técnica especializada e apoio à logística de distribuição e acesso a novos mercados;

II – Melhorar a qualidade de vida da população mediante o estabelecimento de fontes de renda seguras e consistentes que sustentem as famílias dos empreendedores, especialmente aquelas de baixa renda;

III – promover capacitação e qualificação de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando desenvolver suas habilidades e assegurar acesso a inovações tecnológicas que aumentem sua eficiência produtiva e competitividade no mercado;

IV – Estimular a criação de sistemas associativos de produção, incluindo centrais de compras, produção e vendas, sob a coordenação de empreendedores formais e informais;

V – Oferecer infraestrutura adequada para facilitar o escoamento da produção e permitir a integração dos pequenos empreendedores aos sistemas de comercialização;

VI – Promover a participação de empreendedores, formais ou informais, em feiras e exposições que possam contribuir para o fortalecimento de suas atividades econômicas;

VII – apoiar e incentivar a criação de organizações e mecanismos de microcrédito produtivo orientado;

VIII – incentivar a aplicação integral, no âmbito municipal, do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/1999) e da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações);

IX – Fomentar ações de suporte à economia solidária e promover o comércio justo e sustentável.

X – Administrar a **SALA DO EMPREENDEDOR** promovendo ações de capacitação e incentivo à formalização dos negócios;

XI – fortalecer o programa de capacitação profissional, **CAPACITA CONGO**, instituído através da Lei nº. 310/2023, que tem como objetivo de qualificar profissionalmente a população economicamente ativa em idade para o trabalho para gerar mão-de-obra habilitada para o mercado de trabalho, favorecendo com isso a geração de empregos e o crescimento dos negócios locais.

- Instituir o programa **BALCÃO DE EMPREGOS**, que tem como objetivo intermediar a mão-de-obra qualificada no programa **CAPACITA CONGO** com as vagas de empregos disponibilizadas por empresas formais, para a geração de emprego formal e Trabalho Decente.

XII – fortalecer a **REDE VIDA MULHER CONGO**, um programa de incentivo ao empoderamento econômico e cidadã das mulheres do município, através de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino e conscientização sobre os Direitos das Mulheres.

XIII – instituir o **FESTIVAL CONGO TÁ NA MODA**, um evento voltado a promoção do Setor de Confeções do município, que visa mostrar as potencialidades do município nesse segmento, estimular o fortalecimento do setor e apoiar empresas, empreendedores e trabalhadores que atuam com confecção, vendas e serviços relacionados a Indústria de Confeção.

XIV – criar o programa de **ISENÇÃO DO ISS PARA O SETOR DE CONFECÇÕES**, que tem como objetivo estimular a criação de negócios de prestação de serviços voltadas à Indústria de Confeção e fortalecer os negócios existentes.

XV – Instituir o **FUNDO EMPREENDER CONGO**, que tem como finalidade proporcionar crédito produtivo orientado para os empreendedores do município e financiar as atividades do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**.

§ 1º Considera-se empreendedor, para os fins desta Lei, a pessoa física, jurídica, ou qualquer forma associativa de produção ou trabalho de micro ou pequeno porte, cuja atividade principal seja a produção de bens ou prestação de serviços visando à geração de receita, trabalho e renda.

§ 2º O acesso aos recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO** será regulamentado conforme as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em sua regulamentação.

**Art. 3º** - Para os fins desta Lei, entende-se por crédito produtivo orientado aquele concedido para atender às necessidades financeiras de empreendedores, utilizando uma metodologia baseada no relacionamento direto destes com a produção de bens e/ou prestação de serviços que agreguem renda, com a participação direta dos mesmos no local onde a atividade econômica é executada, observando-se as seguintes diretrizes:

I – O atendimento ao tomador final dos recursos será realizado pela Coordenadoria do **EMPREENDER CONGO**, responsável por autorizar o levantamento socioeconômico e fornecer orientação educativa sobre o planejamento do negócio, visando à definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II – A comunicação com o tomador final dos recursos deverá ser mantida durante todo o período contratual, para acompanhamento e orientação, visando ao melhor aproveitamento e aplicação dos recursos, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;

III – O valor e as condições do crédito do **FUNDO EMPREENDER CONGO** serão definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos;

IV – O crédito concedido através do **FUNDO EMPREENDER CONGO** observará as normas estabelecidas nesta Lei, no decreto de regulamentação e em edital, que

II – Protesto do débito, com a devida notificação do inadimplente;

III – inclusão do tomador nos cadastros de proteção ao crédito;

IV – Envio do débito para inscrição na Dívida Ativa do Município;

V – Encaminhamento à Assessoria Jurídica do Município para propositura de ação judicial de execução da dívida.

**Art. 11º** - É vedada a concessão de empréstimos pelo Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – **FUNDO EMPREENDER CONGO** para:

disciplinarão a concessão do crédito produtivo, devendo, prioritariamente, proporcionar aos beneficiários condições para o desenvolvimento sustentável de suas atividades produtivas.

**Art. 4º** - Os contratos de concessão de crédito vinculados ao **FUNDO EMPREENDER CONGO** obedecerão às normas estabelecidas por esta Lei e deverão consignar, com destaque, o nome do programa como identificação oficial.

**Art. 5º** - A unidade operacional do PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE, funcionará atrelada a Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, será implantada com a finalidade de:

I – Fornecer informações detalhadas sobre o programa;

II – Facilitar o acesso dos empreendedores aos benefícios do

programa;

III – Oferecer capacitação continuada à população em geral.

**Art. 6º** - O PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE será financiado pelas seguintes fontes:

I - Recursos próprios advindos de verbas de custeios e da Secretará de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico;

II – Recursos Federais;

III – Recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO**.

IV- Para a implementação e operacionalização do PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE, fica instituído o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo

**– FUNDO EMPREENDER CONGO.**  
§ 1º - Os recursos arrecadados pelo **FUNDO EMPREENDER CONGO** serão administrados pelo titular da Coordenadoria do programa.

§ 2º - Fica autorizada a destinação de até 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados pelo Fundo para o custeio operacional do programa.

§ 3º - O **FUNDO EMPREENDER CONGO** terá contabilidade própria, e a aplicação de seus recursos estará sujeita à prestação de contas nos termos da legislação financeira vigente.

**Art. 7º** - Constituem fontes de recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO**:

I – Recursos previstos no Orçamento Geral do Município de Congo;

II – Valores arrecadados pela Taxa de Administração de Contratos, incidente no percentual de 1,0% (um por cento) sobre o valor de contratos firmados entre o Município de Congo e seus fornecedores, a ser cobrada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos;

III - Recursos próprios de entidades ou órgãos da administração pública municipal vinculados às dotações orçamentárias do programa;

IV – Valores oriundos da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos e rendimentos provenientes de aplicações financeiras de recursos não comprometidos.

§ 1º - Nos termos do art. 145, II, da Constituição Federal, a cobrança prevista no inciso II deste artigo será acompanhada da contrapartida municipal de publicação e fiscalização dos contratos administrativos, com a emissão de certidão de regularidade de sustentabilidade econômica, social e ambiental, como condição para o pagamento do contrato.

§ 2º - Estão isentos da Taxa de Administração de Contratos ao que se trata no inciso II do presente artigo:

I – Contratos de compras cujo valor não exceda R\$ 5.000,00 (dois mil reais);

II – Contratos de prestação de serviços cujo valor não exceda R\$ 7.000,00 (cinco mil reais).

§ 3º - Os recursos do programa poderão ser utilizados, dentro dos limites e condições legais, para a abertura de créditos adicionais destinados ao desenvolvimento de suas ações.

§ 4º - A Taxa de Administração de Contratos será aplicável a contratos celebrados conforme o art. 95 da Lei nº 14.133 /2021 e suas alterações, incluindo carta contrato, nota de empenho, autorização de compra e ordem de execução de serviço.

**Art. 8º** - A supervisão do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo – **EMPREENDER CONGO** será exercida por um Conselho Gestor composto por:

I – Um representante da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento;

II – Um representante da Assessoria Jurídica do Município;

III – um representante do Gabinete do Prefeito. Parágrafo único. Os membros do Conselho Gestor serão designados por ato do Prefeito Municipal, observado o critério de paridade e competência técnica.

**Art. 9º** - Compete ao Conselho Gestor do **FUNDO EMPREENDER CONGO** as seguintes atribuições:

I – Auxiliar na definição de critérios e na fixação de limites globais e individuais para a concessão de financiamentos e subvenções, observando as disponibilidades financeiras do Fundo;

II – Sugerir prazos para amortização e carência, além de encargos e penalidades aplicáveis em casos de inadimplemento contratual;

III – analisar periodicamente as contas operacionais do Fundo, mediante balancetes e relatórios financeiros, avaliando os resultados e propondo medidas para o aprimoramento das atividades;

IV – Emitir parecer sobre ajustes ou parcerias a serem firmados com terceiros que envolvam recursos do Fundo;

V – Elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho, que disciplinará seu funcionamento e a forma de deliberação.

**Art. 10º** - Nos casos de inadimplência dos recursos ofertados pelo **FUNDO EMPREENDER CONGO**, o **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE** deverá adotar medidas que visem identificar circunstâncias ou fatores supervenientes, alheios à vontade do tomador, que possam ter gerado dificuldades momentâneas para o cumprimento das obrigações.

§ 1º Quando identificados tais fatores, o Programa deverá proceder com:

I – A prorrogação das parcelas vencidas, se necessário;

II – A renegociação do contrato, com o objetivo de ajustar as obrigações do tomador à sua real capacidade de amortização do empreendimento.

§ 2º Caso as providências mencionadas no § 1º sejam insuficientes e a inadimplência persista, serão adotadas as seguintes

medidas:

I – Notificação formal ao tomador sobre o inadimplemento da obrigação;



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV / EDIÇÃO 09 DE MAIO DE 2025

I – Projetos que envolvam a comercialização de armas;

II – Atividades relacionadas à comercialização de bens e serviços que sejam incompatíveis com o sistema legal vigente.

**Art. 12º** - Para implementação do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**, fica autorizada a isenção total do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme art. 150, § 6º da Constituição Federal de 1988, às empresas que prestam serviços ao setor de Confecção sediadas no município de Congo, a fim de conceder incentivo fiscal para consolidar geração de empregos e a criação de modelos de negócios sustentáveis que combinem moda, tecnologia e impacto ambiental positivo. A isenção do referido imposto incidirá sobre as seguintes atividades do setor de serviços:

I - Serviços de Design de Moda e criação de coleção;

II - Serviços de modelagem, pilotagem, bordado, estamparia e costura;

III - Serviços de manutenção de maquinário do setor de confecções.

§ 1º A isenção do **ISSQN** no âmbito do município é um mecanismo de incentivo fiscal que tem como objetivo incentivar a realização de investimentos privados e a estruturação do setor da Confecção, visando promover a Indústria da Moda como intermediário de desenvolvimento local, incentivando a geração de Trabalho Decente, o fomento ao empreendedorismo criativo e o fortalecimento do setor como uma força econômica sustentável.

§ 2º A opção pela isenção deverá ser feita no momento do requerimento do benefício, conforme trata o art. 3º.

§ 3º A isenção não se aplicará às taxas e contribuições de melhorias conforme disposto no art. 177 do Código Tributário Nacional.

§ 4º Para fins de concessão do benefício fiscal previsto no caput, consideram-se como objetivos relevantes para o município que justificam a criação desse mecanismo de incentivo o setor de confecções, os seguintes aspectos:

I - Destacar a Moda como patrimônio cultural e econômico, com expositores locais e regionais mostrando produtos que valorizam a identidade local e o desfile de marcas locais e fortalecer o polo industrial local e a cadeia de valor, sugerindo a inclusão da agricultura (matérias-primas como algodão e linho) e a fabricação de artesanato com resíduos têxteis da indústria de confecção que está sendo incentivada.

II - Incentivar a formalização de pequenos negócios e a vinda de empresas do setor para o município, destacando os benefícios fiscais e a oferta de mão-de-obra qualificada e destacar a contribuição do incentivo à indústria para a arrecadação municipal e oferta de Serviços Públicos Crescimento Local de qualidade.

III - Apoiar práticas laborais justas e seguras, com conhecimentos sobre legislação trabalhista e incentivo ao cooperativismo produtivo e conexão de marcas e produtores locais à mão-de-obra qualificada para a criação de novos empregos formais.

**Art. 13º** - A obtenção do direito de isenção do Imposto sobre Serviços - ISSQN para investimento e estruturação do setor da Confecção, de que trata o art. 1º está condicionado à requerimento perante a Secretaria de Finanças.

**Art. 14º** - Após o período de 24 (vinte e quatro) meses, o empresário e ou prestador de serviços deverá efetuar recadastramento mediante requerimento de manutenção do benefício perante a Secretaria de Finanças, comprovando o investimento feito em ampliação, manutenção ou modernização de seu empreendimento.

**Parágrafo único.** Após a análise das documentações, à Secretaria de Finanças - SEFIN procederá com a isenção da alíquota do caso concreto.

**Art. 15º** - Após o período de 24 (vinte) meses, o empresário e ou prestador de serviços que não desejar renovação do benefício deverá apresentar a prestação de contas perante a Secretaria de Finanças, comprovando o investimento feito em ampliação, manutenção ou modernização de seu empreendimento.

**Art. 16º** - O prazo para utilização da isenção do Imposto sobre Serviços - ISSQN de que trata o art. 1º será de até 10 anos, contados da data da autorização do incentivo, podendo ser prorrogado.

**Art. 17º** - A utilização da isenção do Imposto sobre Serviços - ISSQN inicia na competência subsequente à autorização do incentivo.

**Art. 18º** - Não poderão gozar da isenção, prevista no caput do art. 1º, as empresas que não possuam o licenciamento para sua operação ou funcionamento.

**Art. 19º** - Incorrerá na perda automática e total do incentivo o estabelecimento beneficiado pela isenção do ISSQN que:

I - Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa à prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

VI - Deixar de recolher o ISSQN retido de terceiros.

**Art. 20º** - O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, para o gozo dos incentivos fiscais nela definidos, implicará a extinção dos benefícios concedidos.

**Art. 21º** - Para implementação do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**, fica instituído, no Executivo, a criação e realização anual do **"FESTIVAL CONGO TÁ NA MODA"**, o qual tem os seguintes objetivos:

I - Reduzir as desigualdades sociais, por meio do desenvolvimento econômico sustentável local;

II - Fomentar as atividades desenvolvidas no âmbito da Indústria de Confecção e Economia Criativa nas áreas de Moda e Artesanato;

III - incentivar a formalização e/ou regularização das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP estabelecidas no município e a vinda de empresas do setor para o município, destacando os benefícios fiscais e a oferta de mão-de-obra qualificada e destacar a contribuição do incentivo à indústria para a arrecadação municipal e oferta de Serviços Públicos Crescimento Local de qualidade.

destinados a criação de dotações orçamentárias não consignadas no orçamento do exercício corrente:

IV- Incentivar a realização de investimentos público e privado no setor da Confecção visando promover a Indústria da Moda como intermediário de desenvolvimento local, incentivando a geração de Trabalho Decente, o fomento ao empreendedorismo criativo e o fortalecimento do setor como uma força econômica sustentável.

V - Destacar a Moda como patrimônio cultural e econômico, com expositores locais e regionais mostrando produtos que valorizam a identidade local e o desfile de marcas locais e fortalecer o polo industrial local e a cadeia de valor, sugerindo a inclusão da agricultura (matérias-primas como algodão e linho) e a fabricação de artesanato com resíduos têxteis da indústria de confecção que está sendo incentivada.

VI - Apresentar práticas laborais justas e seguras, com conhecimentos sobre legislação trabalhista e incentivo ao cooperativismo produtivo e conexão de marcas e produtores locais à mão-de-obra qualificada para a criação de novos empregos formais.

VII – Promover a qualificação profissional e empresarial do setor de confecções do município através da oferta de oficinas e palestras e capacitações para profissionalizar e ampliar a capacidade competitiva dessa Indústria.

**Art. 22º** - O Evento "Congo Tá na Moda" passará a fazer parte do calendário anual de eventos da Prefeitura Municipal de Congo.

**Art. 23º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 24º** - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, por meio de decreto, as disposições complementares necessárias à execução desta Lei.

**Art. 25º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Congo - PB, em 09 de maio de 2025.

**FLÁVIA EMANOELA SOUZA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### LEI MUNICIPAL Nº: 358/2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial para inclusão de ação não consignada no orçamento vigente e dá outras providências.

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º** - Fica alterada a Lei nº 279, de 20 de dezembro de 2022, Plano Plurianual, para os exercícios de 2021-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO II

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Artigo 2º** - Fica alterada a Lei nº 328, de 26 de abril de 2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Artigo 3º** - Fica igualmente alterada a Lei nº 342, de 19 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025 e inclusão de projeto/atividade não consignado na LOA/2025, conforme desdobramento que segue:

**§ 1º** - Fica aberta a LOA/2025, a seguinte Ação Governamental:

1042 – CONSTRUIR PARQUE DE EVENTOS.

#### CAPÍTULO IV

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV /EDIÇÃO 09 DE MAIO DE 2025

**Art. 4º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, na forma do que dispõe o Art. 167, VI da Constituição Federal e dos dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64, abrir **CRÉDITO ESPECIAL**, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais),

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
06.00	SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, DESP. E LAZER		
13.392.2003.1042	CONSTRUIR PARQUE DE EVENTOS		
706	Transferência Especial da União		
4.4.90.51.01	Obras e Instalações		1.100.000,00
TOTAL			1.100.000,00
TOTAL GERAL			1.100.000,00

**Art. 5º** - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, o SUPERAVIT FINANCEIRO verificado no exercício de 2024, a seguir discriminado:

DESCRIÇÃO	FR	TOTAL
Transferência Especial da União	706	1.100.000,00
TOTAL GERAL		1.100.000,00

**Art. 6º**- Consoante às disposições legais acerca da temática abordada, esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Congo/PB Em 09 de maio de 2025.

**FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional

### LEI MUNICIPAL Nº: 359/2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial para inclusão de dotação não consignada no orçamento vigente e dá outras providências.

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**Art. 1º** - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021, Plano Plurianual, para os exercícios de 2021-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO II

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Artigo 2º** - Fica alterada a Lei nº 328, de 26 de abril de 2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Artigo 3º** - Fica igualmente alterada a Lei nº 342, de 19 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025 e inclusão de projeto/atividade não consignado na LOA/2025, conforme desdobramento que segue:

#### CAPÍTULO IV

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

**Art. 4º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, na forma do que dispõe o Art. 167, VI da Constituição Federal e dos dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64, abrir **CRÉDITO ESPECIAL**, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos reais), destinados a criação de dotações orçamentárias não consignadas no orçamento vigente:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.2011.2048	MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – BLOCO CUSTEIO		
600	Transferências Fundo a Fundo Prov. do Gov. Federal – Bloco Custeio		
3.3.90.34.01	Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização		200.000,00
TOTAL			200.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.2011.2046	MANTER A GESTÃO DO FUNDO DE SAÚDE		
500	Recursos não Vinculados de Impostos		
3.3.90.34.01	Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização		100.000,00
TOTAL			100.000,00

TOTAL GERAL			300.000,00
-------------	--	--	------------

**Art. 5º** - Em conformidade as disposições legais no que concerne a fonte de recursos para abertura do crédito especial, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a **anulação** parcial e/ou total de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Vigente, nos moldes do art. 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, conforme desdobramento que segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.2011.2046	MANTER A GESTÃO DO FUNDO DE SAÚDE		
500	Recursos não Vinculados de Impostos		
3.3.90.13.01	Obrigações Patronais		100.000,00
TOTAL			100.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.2011.1038	ESTRUTURAR A REDE DE SERV. PÚBLICOS DE SAÚDE – BLOCO INVESTIMENTOS		
601	Transferências Fundo a Fundo Prov. do Gov. Federal – Bloco Investimentos		
4.4.90.52.01	Equipamento e Material Permanente		200.000,00
TOTAL			200.000,00

TOTAL GERAL			300.000,00
-------------	--	--	------------

**Art. 6º**- Consoante às disposições legais acerca da temática abordada, esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Congo/PB, Em 09 de maio de 2025.

**FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO**  
Prefeita Constitucional



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXV** /EDIÇÃO 09 DE MAIO DE 2025